



CONGRESSO NACIONAL

MPV-380

00016

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 04/07/2007	Proposição Medida Provisória nº 380/07
--------------------	---

Deputado <i>Onyx Lorenzoni</i> Autor	Nº do prontuário
--------------------------------------	------------------

1. <input type="checkbox"/> supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input checked="" type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> substitutivo global
--	--	---	-------------------------------------	---

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Dê-se ao parágrafo único do art. 3º da Medida Provisória nº 380, de 2007, a seguinte redação:

Parágrafo único. É vedada a inclusão, no regime, de armas e munições, fogos de artifícios, explosivos, bebidas, inclusive alcoólicas, cigarros, veículos automotores em geral e embarcações de todo tipo, inclusive suas partes e peças, medicamentos, pneus, bens usados, bens com importação suspensa ou proibida no Brasil e os bens dispostos nas posições do capítulo 85 da NCM (Nomenclatura Comum do MERCOSUL).

## JUSTIFICATIVA

A indústria brasileira de aparelhos de componentes eletro-eletrônicos sofre para competir globalmente devido à carga tributária excessiva que enfrenta domesticamente. Há também a concorrência daquelas mercadorias – em alto grau provenientes do Paraguai – que alimentam o chamado “mercado cinza”, que não paga imposto, que não gera empregos formais e que, portanto, tornam-se aparentemente mais atrativas para o consumidor.

A simples vedação da inclusão do capítulo 85 da NCM no RTU não impedirá a entrada ilegal dos bens constantes das suas posições. Quem opera na ilegalidade tentará manter-se à margem da lei e a única forma de coibi-lo é através de ações de polícia, e não de um regime de tratamento preferencial para o comércio com países vizinhos. Todavia, é fundamental que não seja decretada a institucionalização da incapacidade do nosso Poder Executivo em prover condições competitivas à indústria nacional. Esta emenda visa manter como crime aquilo que atenta contra diversos empregos e contra a produção nacional.

PARLAMENTAR

